



VARIA

Véu de Mâyā: realidade (*Realität*) ou ilusão (*Schein*) em Schopenhauer?

Veil of Mâyā: reality (Realität) or illusion (Schein) in Schopenhauer?

Velo de Mâyā: ¿realidad (Realität) o ilusión (Schein) en Schopenhauer?

Diana Chao Decock¹

orcid.org/0000-0002-5743-0541

diana.decock@pucpr.br

Recebido em: 31 ago. 2024.

Aprovado em: 28 maio 2026.

Publicado em: 25 set. 2026.

Resumo: Diversos intérpretes schopenhauerianos reconhecem o impacto significativo de *Upanishads* na gênese da filosofia de Schopenhauer. Janaway, Piclin, Chenet e Mesquita são alguns desses pesquisadores que concordam com a influência do pensamento indiano, em especial, da noção de Véu de Mâyā, na elaboração do conceito schopenhaueriano de representação. Essa influência leva a considerar que Schopenhauer compreende a representação como uma ilusão, tal como teria sido proposto pela sabedoria indiana. No entanto, são poucos aqueles que questionam a natureza dessa ilusão e em que medida ela se oporia ao que se pode definir por "realidade" (*Realität*). Neste artigo, será problematizado o significado da referida noção de Véu de Mâyā e o que Schopenhauer entende por *Schein*, frequentemente traduzido para o português como "ilusão". Essa investigação tem como objetivo, portanto, esclarecer a suposta natureza ilusória ou real do mundo como representação, assim como suas implicações na filosofia schopenhaueriana.

Palavras-chave: Schopenhauer; Véu de Mâyā; realidade; ilusão.

Abstract: Several Schopenhauerian interpreters acknowledge the significant impact of the *Upanishads* on the genesis of Schopenhauer's philosophy. Janaway, Piclin, Chenet, and Mesquita are some of the researchers who agree with the influence of Indian thought, especially the notion of the Veil of Mâyā, in the development of Schopenhauer's concept of representation. This influence leads to the consideration that Schopenhauer understands representation as an illusion, as proposed by Indian wisdom. However, few question the nature of this illusion and to what extent it would contrast with what can be defined as "reality" (*Realität*). This article will explore the meaning of the aforementioned notion of the Veil of Mâyā and what Schopenhauer understands by *Schein*, often generically translated into Portuguese as "illusion." This investigation aims, therefore, to clarify the supposed illusory or real nature of the world as representation, as well as its implications in Schopenhauer's philosophy.

Keywords: Schopenhauer; Veil of Mâyā; reality; illusion.

Resumen: Varios intérpretes schopenhauerianos reconocen el impacto significativo de las *Upanishads* en la génesis de la filosofía de Schopenhauer. Janaway, Piclin, Chenet y Mesquita son algunos de los investigadores que están de acuerdo con la influencia del pensamiento indio, especialmente la noción del Velo de Mâyā, en el desarrollo del concepto schopenhaueriano de representación. Esta influencia lleva a considerar que Schopenhauer entiende la representación como una ilusión, tal como lo propone la sabiduría india. Sin embargo, son pocos los que cuestionan la naturaleza de esta ilusión y en qué medida se opondría a lo que se puede definir como "realidad" (*Realität*). Este artículo explorará el significado de la noción mencionada del Velo de Mâyā y lo que Schopenhauer entiende por *Schein*, a menudo traducido genéricamente al portugués como "ilusión". Esta investigación tiene como objetivo, por lo tanto, aclarar la supuesta naturaleza ilusoria o real del mundo como representación, así como sus implicaciones en



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença [CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, Paraná, Brasil. Este artigo é resultado da pesquisa de Pós-Doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina sob a supervisão do Prof. Dr. Vilmar Debona.

la filosofía schopenhaueriana.

Palabras clave: Schopenhauer; Velo de Mâyā; realidade; ilusão.

1 Introdução

No prefácio de *O mundo como vontade e representação* (2005), Schopenhauer delinea os pilares teóricos que estruturam a sua filosofia, identificando-os como imprescindíveis para uma compreensão mais profunda de sua obra. Ele estabelece três fontes de igual importância: Platão, Kant e a sabedoria védica. A convergência dessas tradições materializa-se no conceito schopenhaueriano de representação, relacionado com o mundo sensível platônico, o fenômeno kantiano e o Véu de Mâyā do pensamento indiano. Dentre as diversas apropriações da cultura indiana, Mâyā é uma das mais utilizadas por Schopenhauer. Essa apropriação fez com que muitos pesquisadores interpretassem o mundo como representação como ilusão (*Schein*). Para Janaway, a influência de *Upaniṣads* é inegável, visto que não poderia vir da filosofia kantiana o caráter ilusório da representação. Na apresentação da tradução francesa de *Sobre a quádruplice raiz do princípio de razão suficiente*, Chenet (Schopenhauer, 1991, p. 21) afirma que "Schopenhauer converteu o fenômeno kantiano no Véu de Mâyā". Piclin (Schopenhauer, 1991, p. 39) chega a questionar: "[Schopenhauer] não transformou o mundo fenomênico do criticismo em um mundo da ilusão, digno dos Vedântas? Ele não confundiu alegremente *Erscheinung* (aparência) com *Schein* (ilusão)?". Mesquita (2019, p. 42), em *Mâyā: apropriação e influência*, ao percorrer cronologicamente as aparições de Mâyā nas reflexões do filósofo alemão, pondera: "no início da relação do filósofo com a Índia, no ano de 1813-14, Schopenhauer ainda não havia dado grande

destaque à Mâyā como sinônimo de ilusão, algo que seria desenvolvido em sua teoria da Representação até 1818". Schopenhauer teria tomado inicialmente Mâyā como o mundo representado pelo princípio de razão. Após a leitura de *Asiatick Researches*, no ano de 1816, Mâyā teria sido menos associada ao mundo sensível de Platão e ao fenômeno kantiano e passaria a adquirir o atributo de ilusão. Na mesma sintonia, Barboza (2014, p. 4), em *Die Erscheinung, Das Phänomen*, pondera que o mundo como representação não possui a mesma consistência que o mundo fenomênico de Kant², que, "em Schopenhauer, há irreabilidade, no sentido de *Schein*, ilusão, de tudo o que me aparece, ou seja, o mundo real é considerado pelo autor como 'minha representação', isto é, uma visão pelo Véu de Mâyā do meu aparelho cognitivo".

A influência da concepção de Mâyā na gênese do pensamento schopenhaueriano é admitida pela maioria dos intérpretes. No entanto, para além desse consenso, torna-se necessário averiguar em que medida o mundo como representação pode ser considerado uma ilusão e de que forma essa ilusão contrapõe-se à realidade. De fato, em suas anotações juvenis, Schopenhauer associa Mâyā ao termo *Schein*, frequentemente traduzido como "ilusão". Contudo, a análise do Tomo I de *O mundo* revela uma complexidade terminológica que exige investigação. No parágrafo 5, Schopenhauer frisa que o mundo como representação não é *Schein* e opta por utilizar ao longo dessa obra outros termos para se referir a Mâyā, como *Trug* e *Täuschung*³ – vocabulares que, assim como *Schein*, podem ser traduzidos para o português como "ilusão", mas também como "engano" e "distorção". Diante disso: será que existe uma diferença conceitual entre *Schein*

² Esse é o argumento central de Barboza para justificar porque optou por verter o termo *Erscheinung* não mais como «fenômeno» (conforme a versão de 2005), mas sim como «aparência» na edição de 2015 da sua tradução de *O mundo como vontade e como representação*. Segundo ele, tal mudança foi necessária para "reconhecer e demarcar o intentado distanciamento crítico de Schopenhauer em relação ao pensamento de Kant: pois, se por um lado *Erscheinung* em alemão é um termo comum, e se o usa, por exemplo, quando se fala sobre *die Erscheinung eines Kometen*, o aparecimento de um cometa, valendo também para tudo aquilo que está oculto e de algum modo vem a lume, isto é, aparece, *erscheint*; por outro, o termo fenômeno como empregado por Kant vem da língua grega, é aquilo que aparece empiricamente, e opõe-se a outro termo kantiano de origem grega, número (*intelligível*), que seria a coisa em si do que aparece e é ali pensada" (Barboza, 2014, p. 4).

³ Schopenhauer também usa o termo *Wahn*, que, embora comumente traduzido como "ilusão", distingue-se dos demais termos. Ele o utiliza para denotar uma ilusão de caráter psicológico, distinta de *Schein* (próprio das ilusões ópticas) e de *Trug* ou *Täuschung*, os quais se referem ao engano da pluralidade, próprio da realidade sensível e de Mâyā. Neste artigo, não se aprofundará a análise de *Wahn*, mas reconhece-se sua especificidade conceitual no sistema schopenhaueriano.

e os termos *Trug* e *Täuschung* no sistema schopenhaueriano? Qual seria a natureza do engano de Mâyã? E até que ponto seria seguro e prudente afirmar que Schopenhauer teria transformado o fenômeno kantiano em ilusão (*Schein*)?

2 Mâyã no Tomo I de "O mundo como vontade e representação"

No tomo I de *O mundo*, Mâyã aparece como elemento central na filosofia schopenhaueriana, principalmente nos parágrafos 3 e 5 do Livro I, no parágrafo 51 do Livro 3 e nos parágrafos 53, 54, 60, 63, 65, 66, 68, 69 do Livro IV. A ausência do termo no Livro II não é surpreendente, dado que o conteúdo desse livro é dedicado à concepção do mundo como vontade, no qual não haveria o Véu de Mâyã. Embora Mâyã seja geralmente utilizada para ilustrar o mundo como representação, ela adquire um papel de destaque no Livro IV, tornando-se um conceito fundamental na ética schopenhaueriana.

Na primeira aparição do termo (no parágrafo 3) na obra magna, o Véu de Mâyã é utilizado para elucidar a concepção de representação, assim como a ideia de fluxo eterno das coisas de Heráclito, a desvalorização do objeto pela sua impermanência, e o fenômeno de Kant. Para Schopenhauer (2005, p. 49), "o que todos pensam e dizem, entretanto, não passa daquilo que nós também agora consideramos, ou seja: o mundo como representação submetido ao princípio de razão". Aqui Schopenhauer usa o termo *Trug* para se referir à Mâyã:

Trata-se de Mâyã (*Schleier des Truges*), o véu do *engano*, que envolve os olhos dos mortais, deixando-lhes ver um mundo do qual não se pode falar que é nem que não é, pois assemelha-se ao sonho, ou ao reflexo do sol sobre a areia tomado a distância pelo andarilho como água, ou ao pedaço de corda no chão que ele toma como uma serpente (Schopenhauer, 2005, p. 49, tradução modificada).

Essa mesma associação reaparece no parágrafo 5, em que Schopenhauer (2005, p. 60) afirma: "Os Vedas e os Puranas não conhecem comparação mais adequada para todo o conhecimento do mundo efetivo, que denominam Mâyã, nem

empregam outra mais frequentemente do que o sonho". De modo convergente, no parágrafo 53 do Livro IV, Schopenhauer (2005, p. 356) estabelece uma relação entre a concepção de "não ser" em Platão e a de fenômeno em Kant com a noção de Mâyã, entendida como "o conhecimento que pertence ao princípio de razão, com o qual jamais se atinge a essência íntima das coisas, mas somente se perseguem aparências ao infinito, num movimento sem fim e sem alvo – semelhante ao esquilo que corre na roda de uma gaiola".

Já no *Livro III*, ao dedicar-se a uma análise das artes, em especial da arte poética, Schopenhauer, no parágrafo 51, recorre ao conceito indiano não para ilustrar o procedimento epistêmico da contemplação estética, mas para anunciar a consequência ética decorrente do rompimento de *Mâyã*. Aqui, o filósofo anuncia a possibilidade de negação da vontade a partir do conhecimento da identidade metafísica de todos os seres, isto é, da vontade:

Por fim, esse conhecimento, no indivíduo purificado e enobrecido pelo sofrimento mesmo, atinge o ponto no qual a aparência, o véu de Mâyã, não mais o *engana* (*täuscht*). Ele vê através da forma da aparência, do *principium individuationis*, com o que também expira o egoísmo nele baseado. Com isso, os até então os poderosos MOTIVOS perdem o seu poder e, em vez deles, o conhecimento perfeito da essência do mundo, atuando como QUIETIVO da Vontade, produz a resignação, a renúncia, não apenas da vida, mas de toda a Vontade de vida mesma (Schopenhauer, 2005, p. 333, tradução modificada).

As implicações éticas de *Mâyã* são desenvolvidas com maior precisão no Livro IV (parágrafos 63, 65, 66, 68, 69), em que *este véu* é apresentado não apenas como um obstáculo epistêmico, mas também como uma barreira moral. Tal impedimento enraiza-se no *principium individuationis*, expressão herdada dos escolásticos, que designa as formas de tempo e espaço responsáveis por fazer parecer múltiplo aquilo que, em sua essência, é uno.

Como dizem os indianos, o Véu de Mâyã, turva o olhar do indivíduo comum. A este se mostra, em vez da coisa em si, meramente a aparência no tempo e no espaço, no *principio individuationis* e nas demais figuras do *principio de*

razão. Em tal forma de conhecimento limitado, o indivíduo não vê a essência das coisas, que é una, mas seus fenômenos isolados, separados, inumeráveis bastante diferentes e opostos entre si (Schopenhauer, 2005, p. 450, tradução modificada).

O conhecimento submetido ao *princípio de individuação* limita o acesso à vontade e permanece inteiramente a seu serviço. Desse modo, as implicações epistêmicas de Mâyā repercutem no campo da ação, estendendo-se à esfera ética. O *princípio de individuação*, ao instituir a separação e a distinção entre os seres, configura o modo de conhecer próprio do egoísmo (querer o próprio bem) e da maldade (querer o mal alheio). Ao turvar a visão do indivíduo, Mâyā o faz perceber apenas fenômenos isolados, distintos e opostos entre si, de modo que ele busca escapar do sofrimento infligindo dor aos outros. Ele tenta livrar-se do mal por meio do próprio mal. No entanto, no momento em que ocorre a superação completa da individualidade e do princípio que a determina, manifesta-se a justiça espontânea. O ser humano justo é aquele que “reconhece sua essência, a vontade de vida como coisa em si, também no fenômeno do outro, dado como mera representação; portanto, reencontra-se nesse fenômeno em certo grau, e, assim, desiste de praticar a injustiça, isto é, não inflige injúrias” (Schopenhauer, 2005, p. 471). Por isso, Schopenhauer (2005, p. 474) afirma que “ser curado dessa loucura (*Wahn*) e ilusão (*Blendwerk*) de Mâyā e praticar obras de amor são uma única e mesma coisa”.

Nos parágrafos finais do Livro IV (68 e 69), Schopenhauer retoma o que já havia anunciado no Livro III e explica como maior precisão como a retirada do Véu de Mâyā ultrapassa a prática da virtude e leva à negação da vontade. No parágrafo 68, Schopenhauer afirma que o

[...] homem que vê através do *principium individuationis* e reconhece a essência em si das coisas, portanto do todo, não é mais suscetível a um semelhante consolo. Vê a si em todos os lugares ao mesmo tempo e se retira. – Sua vontade se vira; ela não mais afirma a própria essência espelhada no fenômeno, mas a nega. O acontecimento, pelo qual isso se anuncia, é a transição da virtude à ascese (2005, p. 482).

Ao analisar esses parágrafos, percebe-se que Mâyā ocupa um papel central nas reflexões epistêmicas e éticas de Schopenhauer, pois se configura como uma forma de conhecimento (no Livro I, correspondente à representação submetida ao princípio de razão; no Livro IV, associada ao princípio de individuação) que determina um modo específico de ação, distinto daquele que decorre do conhecimento imediato e intuitivo da essência metafísica de todas as coisas. Schopenhauer (2005, p. 476) utiliza outra fórmula indiana, oposta ao modo de apreensão de Mâyā, para ilustrar o saber com o qual se assegura a virtude e o caminho da redenção. Essa forma de conhecimento, expressa por *tat tvam asi* (isso és tu), é a única capaz de orientar ações dotadas de valor moral e conduzir à negação da vontade. Mâyā representa, assim, um obstáculo moral e epistêmico, uma vez que o ocultamento da verdadeira essência das coisas impede o surgimento da compaixão e da prática ascética. No entanto, essas implicações éticas e epistêmicas estão inseridas em um registro ilusório? As obras de Mâyā carecem de existência real?

3 Mâyā, *Schein*, *empirische Realität*

Conforme evidenciado, a terminologia empregada por Schopenhauer para referir-se à Mâyā, pelo menos no Tomo I de *O mundo*, é marcada principalmente pelo uso de *Trug* e *Täuschung*. Esses vocábulos, embora frequentemente vertidos para o português como “ilusão”, englobam também as acepções de “engano” e “distorção”. No parágrafo 60, o filósofo também utiliza o termo *Schein* ao postular que a obra e o tecido de Mâyā é o “mundo ilusório” (*Scheinwelt*). A aparente desconsideração de Schopenhauer por um rigor conceitual preciso na seleção desses termos pode sugerir que ele os considerava sinônimos, passíveis de serem sumarizados sob o conceito de ilusão. Tal inferência culminaria na mesma conclusão de Piclin (Schopenhauer, 1991), a saber, que Schopenhauer teria relegado o mundo fenomênico à condição de mera ilusão, convergindo com a perspectiva dos Vedântas.

Entretanto, essa tese carece de sustentação,

especialmente ao colocar em foco a análise de Schopenhauer sobre a correlação entre sujeito e objeto no parágrafo 5 do Livro I de *O mundo*. Aqui, ele assevera que o mundo como representação não é *Lüge* (mentira) nem *Schein* (ilusão). Ao opor-se às premissas filosóficas do realismo/dogmatismo e do idealismo/ceticismo quanto à relação de causalidade entre sujeito e objeto, Schopenhauer estabelece sua tese de correlação, rejeitando a ideia de que o mundo seria uma ilusão (*Schein*). Para ele, a relação entre sujeito e objeto não pode ser vista como algo causal, como faz tanto o realismo ao afirmar que o objeto causa a percepção do sujeito quanto o idealismo de Fichte e de Berkeley que concebe o sujeito como causa da existência do objeto. Segundo Schopenhauer, são condições mútuas tanto do sujeito quanto do objeto. E a correlação entre eles produz a representação operada pelo entendimento, presente no sujeito, e pelo princípio de razão, a forma de todo objeto. Assim, não haveria uma predominância do sujeito em relação ao objeto, como afirma o idealismo, pois o princípio de razão, a forma e condição do objeto, não está *no* sujeito, mas existe *para* o sujeito. Nem haveria, assim, uma predominância do objeto, como julgam os realistas, visto que o objeto não pode ser concebido sem o entendimento.

O resultado dessa correlação entre sujeito e objeto é o que Schopenhauer (2005, p. 57) denomina de representação ou de realidade empírica (*empirische Realität*), no âmbito da qual ele frisa que "o mundo intuitivo no espaço e no tempo, a dar sinal como causalidade pura, é perfeitamente real (real)", uma vez que o ser dos objetos intuitivos é o seu fazer efeito, ou seja, a efetividade das coisas (*Dinges Wirklichkeit*), acrescentando ainda:

[...] o mundo inteiro dos objetos é e permanece representação, e precisamente por isso é, sem exceção e em toda a eternidade, condicionada pelo sujeito, ou seja, possui uma idealidade transcendental. Desta perspectiva não é uma mentira (*Lüge*) e nem uma ilusão (*Schein*) (Schopenhauer, 2005, p. 57).

Schopenhauer (2005, p. 68) reitera o caráter real do mundo como representação no parágrafo 6, ao afirmar que "aquilo que conhecemos pelo

ENTENDIMENTO é a Realidade (*Realität*), ou seja, a passagem precisa, no objeto imediato, do efeito para a sua causa", enquanto "a ilusão (*Schein*) se dá quando um único e mesmo efeito pode ser produzido por duas causas". A ilusão (*Schein*) seria, sob essa perspectiva, um erro ocasional do entendimento, não uma característica própria de todas as representações, mas somente daquela cuja causa falsa (*falsche Ursache*) se coloca como objeto intuitivo, como as conhecidas ilusões ópticas, dentre elas, a aparência quebrada do bastão submerso na água.

Schopenhauer retoma esse mesmo exemplo, mais adiante, no parágrafo 15, a fim de comprovar que a representação intuitiva não poderia ser considerada incondicionalmente confiável, como já anunciado pelos filósofos antigos, os

[...] megáricos, dialéticos, sofistas, não acadêmicos e céticos; estes chamaram a atenção para a ilusão (*Schein*), isto é, o engano dos sentidos, ou antes do entendimento que converte os dados sensórios em intuição, como o que amiúde vemos coisas cuja realidade é negada pela razão: por exemplo, o bastão quebrado na água e coisas semelhantes (2005, p. 124).

Em face dessas evidências textuais, revela-se imprudente a asserção de que Schopenhauer teria transformado o mundo como representação em mera ilusão (*Schein*), ou que teria incorrido no erro de confundir *Erscheinung* (aparência) com *Schein* (ilusão), conforme postulado por Piclin (Schopenhauer, 1991). Nessas passagens supracitadas, Schopenhauer empenha-se precisamente em explicar o conceito de *Schein*, enfatizando que *Schein* não é uma característica essencial ou a própria natureza da representação, mas o resultado de uma falha ocasional do entendimento. *Schein*, por conseguinte, não pode ser considerado um atributo inerente ao mundo como representação e ao Véu de Mâyā – o que justificaria a provável opção de Schopenhauer por utilizar outros termos (como *Täuschung* e *Trug*) para denotar o caráter enganoso e distorcido de Mâyā. Mas, se existe uma diferença conceitual entre *Schein* e esses termos, cada um deles deveria ter uma tradução própria para o português? Poderíamos traduzir todos eles como "ilusão"? Ou

deveríamos manter como ilusão somente o termo *Illusion* também utilizado por Schopenhauer?

Schopenhauer emprega o vocábulo latino *Illusion*, no parágrafo 38 do Livro III, sem fazer, curiosamente, qualquer referência à Mâyā. O intuito do filósofo, nesse ponto, não é caracterizar ou definir o termo, mas sim inseri-lo em uma reflexão acerca do puro sujeito do conhecimento, aquele que se encontra destituído da vontade. O conhecimento emanado por esse sujeito se contrapõe diretamente àquele submetido ao princípio de razão, ou seja, ao Véu de Mâyā. Nesse parágrafo, ele aponta para uma forma de intuição destituída da vontade que não se refere propriamente à fruição estética, mas à recordação de acontecimentos passados, "à medida que tomamos presentes os perdidos dias pretéritos, longinquamente situados, na verdade a fantasia chama de volta apenas os objetos, não o sujeito do querer" (Schopenhauer, 2005, p. 269). A ilusão (*Illusion*) aparece como um elemento da fantasia, capaz de capturar apenas o objeto, criando a "ilusão (*Illusion*) de que somente os objetos estão presentes em nós, não nós" (Schopenhauer, 2005, p. 270). Essa ilusão, no entanto, não deslegitima o objeto intuído. Muito pelo contrário. Schopenhauer afirma que, por intermédio dessa ilusão, há uma outra forma de intuição, diferente da intuição empírica, chamada de intuição objetiva (*objektive Anschauung*). A fantasia é, sob essa ótica, uma capacidade distinta do entendimento; ela não relaciona imediatamente o efeito à sua causa, não opera a partir de sensações, mas produz uma intuição objetiva, retomando uma intuição empírica anteriormente concebida pelo entendimento. O grande diferencial da intuição objetiva não seria o *que* é intuído, mas *como* se é intuído. O objeto intuído pode ser o mesmo, tanto da fantasia quanto do entendimento, mas somente pela fantasia que o objeto estaria livre do querer. A ilusão não corresponde, portanto, à natureza real ou irreal do objeto intuído, mas ao

autoengano (*Selbsttäuschung*) de estar livre da vontade. É necessário reconhecer que a ilusão (*Illusion*), tal como Schopenhauer a concebe nesse parágrafo, não faz referência à Mâyā, visto que o engano (*Trug*) desse véu é algo próprio do princípio de razão e do princípio de individuação, cuja característica fundamental é o impedimento do conhecimento da unidade metafísica do mundo. Já a ilusão (*Illusion*), tal como se apresenta no Livro III, seria o autoengano (*Selbsttäuschung*) de reconhecer-se livre da vontade.

O esforço de Schopenhauer em demonstrar que o mundo como representação não é *Schein*, somado à ausência de uma explicação satisfatória sobre o que de fato constitui *Illusion*⁴ no Tomo I de *O mundo*, pode suscitar a suspeita de que o Véu de Mâyā não seja uma ilusão. Nesse sentido, Douglas Berger, em *The veil of Maya: Schopenhauer's System and early indian thought* (2004), sustenta a contradição inerente ao conceber Mâyā como ilusão. Para o autor, o termo ilusão implica a concepção ou a consciência de que algo não existe, ou, pelo menos, não se manifesta na delimitação espaçotemporal em que se supõe sua presença. Para ele, Mâyā não é uma ilusão, mas uma falsificação, um erro particular sobre a existência de algo no tempo e no espaço. Afinal, "argumentar que o mundo que conhecemos pode ser ilusório é argumentar que de fato ele pode não existir, já argumentar que o mundo é falsificado por nós é afirmar que o mundo que tomamos não é como o tomamos" (Berger, 2004, p. 96). Assim, Mâyā seria "uma tese de falsificação, ou uma interpretação da epistemologia kantiana que torna o conhecimento da representação uma distorção, um encobrimento, ou algo que 'vela os nossos olhos' da verdadeira natureza do mundo" (Berger, 2004, xii).

Assim, conforme evidenciado, Schopenhauer não concebe o mundo como representação como uma ilusão destituída de existência real. Pelo contrário, a representação, como se de-

⁴ No Tomo II de *O mundo*, Schopenhauer explicitamente faz uso do termo *Illusion* para se referir à Mâyā. A esse respeito, o próprio filósofo indica no capítulo 25: "[...] existe APENAS UM SER, já a ilusão (*Illusion*) da pluralidade (Mâyā), originada das formas de apreensão exterior e objetiva, não pode penetrar na simples consciência interior" (Schopenhauer, 2015, p. 387). Destaca-se aqui que Schopenhauer atribui o caráter ilusório de Mâyā à pluralidade, ou seja, a um engano perceptivo que apreende a multiplicidade em detrimento da unidade. Tal engano perceptivo, não indicaria, no entanto, que essa pluralidade carece de existência real, justamente, por ser a própria realidade.

monstrou anteriormente, corresponde à própria realidade empírica: “o mundo intuído no espaço e no tempo, a dar sinal como causalidade pura, é perfeitamente real (*real*)” (Schopenhauer, 2005, p. 57). Em outra passagem do Livro II, Schopenhauer afirma, ainda, que negar a realidade exterior seria justamente algo próprio do “[...] egoísmo teórico, que considera todas as aparências, exceto o próprio indivíduo, como fantasmas. O mesmo faz o egoísta prático em termos práticos, ou seja, trata apenas a própria pessoa como de fato real, todas as outras sendo consideradas e tratadas como meros fantasmas” (Schopenhauer, 2005, p. 162).

4 Conclusão

Embora haja um certo consenso quanto à influência da sabedoria indiana na gênese do conceito de representação, o ponto decisivo desta discussão consiste em determinar em que medida o Véu de Mâyã pode, de fato, ser compreendido como ilusão (*Schein*). Se, por um lado, nas anotações juvenis Schopenhauer atribui à Mâyã um caráter ilusório, recorrendo ao termo *Schein* para qualificar o mundo como representação, por outro, em sua obra magna, há um certo deslocamento, ou até mesmo uma restrição, no emprego desse conceito. Tal inflexão ajuda a explicar a preferência posterior pelos termos *Trug* e *Täuschung* ao se referir à Mâyã. Em *O mundo como vontade e representação*, percebe-se: *Schein* descreve ilusões ocasionais do entendimento, como as ilusões ópticas, enquanto *Trug* e *Täuschung* denotam uma distorção inerente à realidade empírica (*empirische Realität*), própria do mundo regido pelo princípio de razão. Por isso, ao nosso ver, a obra de Mâyã deve ser considerada como a própria realidade (*Realität*). A distorção que ela engendra não remete ao irreal, mas a uma forma de conhecimento que vela a essência, transformando em multiplicidade aquilo que é, em si, uno. O engano de Mâyã reside, assim, na consideração de que existe apenas a pluralidade, obliterando por completo a identidade metafísica de todos os seres.

Referências

- BARBOZA, Jair. Die Erscheinung, Das Phänomen. *Voluntas Revista Internacional de Filosofia*, Santa Maria, v. 5, n. 1, p. 03-08, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/33942>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- BERGER, Douglas. A question of influence: Schopenhauer, Early Indian Thought and a Critique of Some Proposed Conditions of Influence. In: BARUA, Arati. *Schopenhauer and Indian Philosophy: a dialogue between India and Germany*. New Delhi: Northern Book Centre, 2008. p. 80-117.
- BERGER, Douglas. “The Veil of Maya”: Schopenhauer's System and Early Indian Thought. Binghamton: Global Academic Publishing, 2004.
- CROSS, Stephen. *Schopenhauers Encounter with Indian Thought, Representation and Will and their Indian Parallels*. Honolulu: University of Hawaii Press, 2013.
- DEBONA, Vilmar; DECOCK, Diana. *Schopenhauer: a filosofia e o filosofar*. Porto Alegre: Fi, 2018.
- DECOCK, Diana. C. O encontro de Schopenhauer com o pensamento indiano: influência e legitimidade. *Voluntas Revista Internacional de Filosofia*, Santa Maria v. 7, n. 2, p. 27-37, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/33700>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- JANAWAY, Christopher. *Schopenhauer*. Oxford: Past Masters, 1996.
- JANAWAY, Christopher. *Self And World in Schopenhauer's Philosophy*. New York: Oxford, 2007.
- KOBLER, Matthias. The relationship between Will and Intellect in Schopenhauer with particular regard to his use of the expression “Veil of Mâyã”. In: BARUA, Arati; GERHARD, Michael; KOBLER, Matthias (ed.). *Understanding Schopenhauer through the prism of indian culture*. Göttingen: De Gruyter, 2013. p. 109-118.
- MESQUITA, Fabio. Mâyã: apropriação e influência. *Voluntas Revista Internacional de Filosofia*, Santa Maria, v. 10, n. 2, p. 34-48, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/38377>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- MESQUITA, Fabio. *Schopenhauer e a Índia: Apropriações e influências da Asiatisches Magazin, Mythologie des Indous e Asiatick Researches no período de gênese da filosofia schopenhaueriana*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Avant-Propos, De la Quadruple Racine du Principe de Raison Suffisante*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1991. Édition complete 1813-1847.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. Tomo I. Trad. Jair Barboza. São Paulo: Unesp, 2005.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. Tomo II. Trad. Jair Barboza. São Paulo: Unesp, 2015.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Sämtliche Werke*. Hrsg. von Arthur Hübscher. 7 Bde. Wiesbaden: F. A. Brockhaus, 1972.

Diana Chao Decock

Professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Desenvolveu pesquisa de Pós-Doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina. Possui graduação e mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Integrante do GT-Schopenhauer da ANPOF.

Endereço para correspondência

DIANA CHAO DECOCK

diana.decock@pucpr.br

Como citar este artigo

Decock, D. Véu de Mâyā: realidade (Realität) ou ilusão (Schein) em Schopenhauer?. Veritas (Porto Alegre), e46801. <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2026.1.46801>

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.